



N. 6-59

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECUME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

1 — PERSEGUIÇÃO X CERCÃO (Cont.) Maj Amerino Raposo Filho.

2 — O CONHECIMENTO MILITAR (1^a Parte) Almirante Castex ESG — França — 1955 Trad. do Ten-Cel A. T. Von Trompowsky.

II — GUERRA GERAL OU LIMITADA

SÓBRE A GUERRA LIMITADA — General Maxwell D. Taylor Traduzido do "Army Information Digest" — 1958.

III — ORGANIZAÇÃO

PRINCÍPIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO — Coronel Alvaro Lúcio de Arêas.

TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, sómente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das conceções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

I — PERSEGUIÇÃO × CÉRCO

(Continuação do número anterior)

Major AMERINO RAPOSO FILHO

c. Operação de BOBRUISK (Esbôco n. 8):

(1) Considerações Iniciais:

A operação que vamos focalizar é um resumo do artigo do Coronel P. BOLDYREV, do Exército Soviético, de 18-X-44, escrito pouco depois, portanto, dessa interessante operação de perseguição no TO russo;

Mostra o caso de uma perseguição planejada e conduzida pelo escalão Frente (correspondente ao nosso GEx);

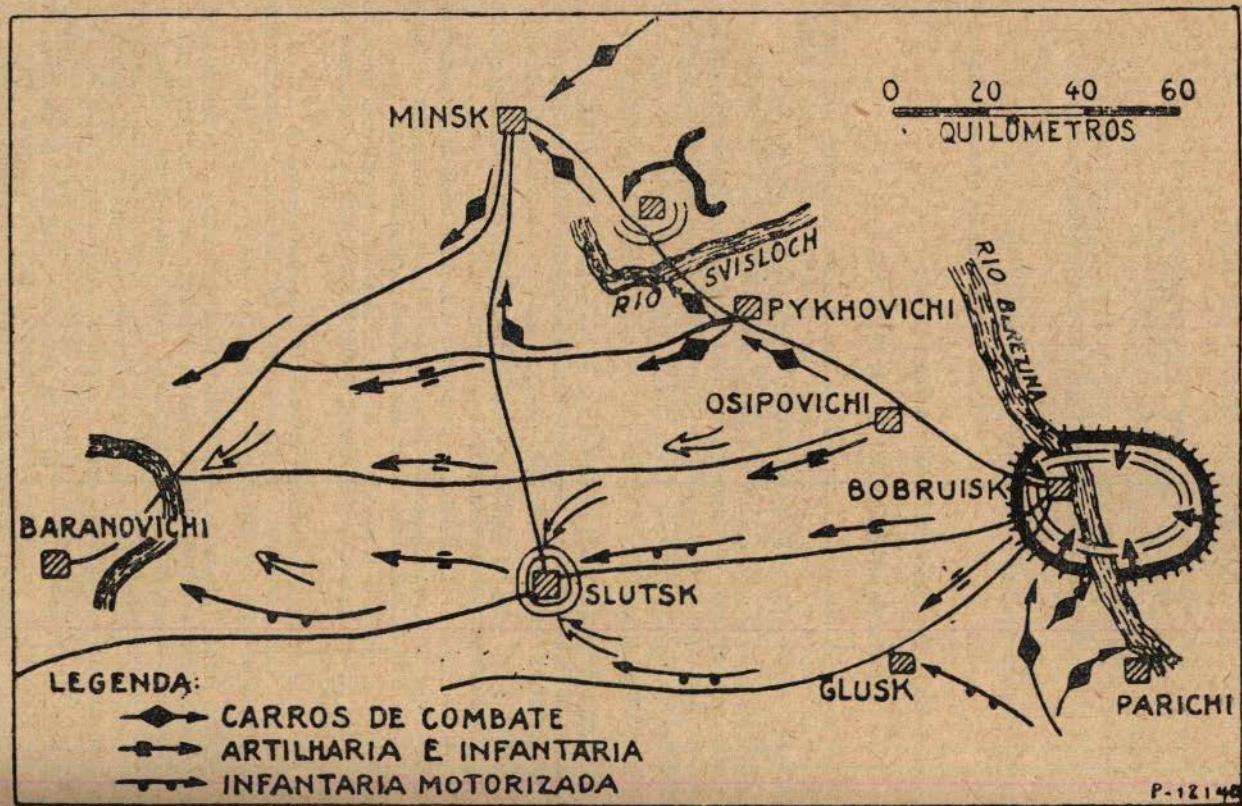
Contém, apenas, os elementos essenciais à compreensão do planejamento e do emprego da massa blindada incumbida de perseguir as forças alemãs, em seguida à ruptura da frente.

(2) Planejamento:

O EM da Frente preparou a operação visando a BOBRUISK, em seus mínimos detalhes e com bastante antecedência. Continha o plano de operações, em síntese, o seguinte:

- missões para as diferentes GU encarregadas da ruptura e o cérco das tropas de BROBUISK;
- direção de atuação dos grupamentos durante a fase da perseguição;
- valor do grupamento de fôrças que faria a perseguição, a partir do BRUBUISK, bem como as missões correspondentes;
- apoio das GU terrestres e da FAé, além dos problemas relativos ao apoio logístico e às comunicações, tudo mereceu especial cuidado;
- foi previsto e realizado intenso treinamento e ensaio das tropas que iam participar da perseguição, em manobras especialmente conduzidas pelo EM/Frente.

Desta forma, preparou-se a Frente para executar uma perseguição, cuja profundidade inicial seria de 80 a 100 km. A missão principal do grupamento encarregado da perseguição era a de cercar o grosso do IX Exército Alemão no setor de BOBRUISK. O problema da articulação das fôrças foi considerado com relêvo, tendo em vista o lançamento do grupamento da perseguição, após a ruptura. Ao Sul de PARICHI (Ver esbôco), por exemplo, onde seria empenhado um grupamento blindado, concentraram-se várias DI e DB para romper o dispositivo alemão, em frente estreita; o grupamento ficou pronto para entrar em ação, não participando, porém, da ruptura, de vez que o próprio escalonamento em profundidade dos GU que iam atacar, possibilitava o aproveitamento do êxito, em seguida à ruptura.



(3) Ruptura e Aproveitamento do Exito:

A 24 de junho de 1944 tem início a ofensiva da Frente, tendo a massa de carros e infantaria rompido a primeira linha de defesa, atingindo as posições de artilharia. Os grupamentos que se escalonaram à retaguarda das GU que faziam a ruptura, lançaram-se à luta, para aprofundar a penetração e alargar a brecha na direção dos flancos. Ao fim do dia a penetração alcançava 20 km.

Estava, pois, realizada a ruptura e iniciado o aproveitamento do êxito no primeiro dia da ofensiva. Antes, mesmo, de se completar o aproveitamento da ruptura, o que será conseguido no segundo dia, a massa blindada em reserva será lançada em perseguição.

(4) Perseguição:

No dia 25 penetra na brecha o grupamento blindado incumbido da perseguição, fugindo a qualquer engajamento sério com os alemães, já desorganizados nessa parte da frente, e preocupando-se em acutilar os elementos que se retiravam. Ao fim do dia já se aproximavam as forças russas de GLUSK, tendo penetrado 50 km nas retaguardas inimigas.

A 26 estavam os primeiros elementos nas vizinhanças de GLUSK, ficando cortadas tôdas as estradas que ligavam BOBRUISK ao S e SW. Daí em diante, a perseguição foi conduzida em larga frente e em várias direções, sobre as tropas alemãs que realizavam a retirada geral. Assim é que, enquanto dois grupamentos se lançavam para o N e NE, no sentido de BOBRUISK, outro era orientado para NW, sobre GLUSK. A infantaria seguia na esteira dos blindados. A maneira de operar se traduzia por forças de presão direta e unidades que se dirigiam pelos flancos, a fim de cortar os eixos de retirada dos alemães.

No dia 27 cumpria o grupamento blindado a principal parte de sua missão, isto é, BOBRUISK era cercada e o anel se comprimia em torno da cidade. Simultaneamente, o restante das forças da frente russa (2/3) atuavam no sentido de NW e W, visando, respectivamente, a MINSK e a SLUTSK. Portanto, somente 1/3 do efetivo total ficou para destruir as forças alemãs cercadas em BOBRUISK, embora aí estivesse a principal parte da missão, em sua primeira fase. Temendo que os alemães rompessem o cerco de BOBRUISK, decidiram os russos aniquilar, o mais rapidamente possível, as forças inimigas. Concentraram, para isso, mais de 500 bombardeiros e poderosa massa de artilharia e de morteiro sobre a cidade, o que provocou a queda da defesa em dois dias apenas.

A perseguição apresenta, agora, nova fase, mais rápida ainda, no sentido de W e de NW. Para MINSK a Frente lançou dois Ex da RÚSSIA BRANCA, o III, atuando por NE e, o I, vindo do S, este com a missão de cercar as tropas alemãs. Também de BOBRUISK partiram duas DB em direção a MINSK.

Os grupamentos que se orientaram sobre MINSK evitaram o engajamento com pequenos elementos alemães, ficando êsses bolsões para as unidades que vienessem em segundo escalão.

Na jornada de 29 surge um sério problema ao Ex que prosseguia para MINSK: a 12^a DB alemã estabeleceu forte resistência no Rio SVISLOCH, fracassando as tentativas russas no sentido de rompê-la. Com a intervenção da FAé e da artilharia autopropulsada foi possível fixar a 12^a DB, enquanto os carros contornavam o rio por W, cercando MINSK pelo S, ao mesmo tempo que a infantaria se aproximava por E. Já a 3 de julho os carros atingiam os subúrbios de MINSK, sendo o cerco da cidade completado pela convergência dos blindados do III Ex russo.

Sentindo o comando da Frente que o aniquilamento das fôrças alemãs de MINSK, poderia ser conseguido, apenas com o III Ex, foi determinado ao I Ex que orientasse o grosso de suas fôrças para SW, no sentido de BARANOVICHI, deixando face a MINSK os elementos que aí se engajaram. Tal decisão surpreendeu inteiramente os alemães, que ficaram impossibilitados de novamente concentrar-se para resistir às fôrças russas.

Mais uma fase aparece, pois, na perseguição. A profundidade atingia, nesses 10 dias, 250 km; vários problemas ligados ao apoio logístico e às tropas de acompanhamento, já se faziam sentir. Donde o comando da frente determinar que a perseguição prosseguisse com os carros de combate, infantaria motorizada e cavalaria. Enquanto isso, as GU de infantaria prosseguiriam para W, desenvolvendo etapas normais.

A frente de atuação das fôrças, a partir da linha MINSK — SLUTSK — BARANOVICHI se torna sensivelmente mais ampla. Atuando frontalmente e pelos flancos das unidades em retirada, cada vez mais se aproximavam de BARANOVICHI, até que a cidade foi cercada a 8 de julho.

(5) Comentários:

A Operação BOBRUISK se configura em magnífico exemplo de perseguição planejada e conduzida pelo escalão GEx, caracterizando-se a massa encarregada de acutilar as fôrças alemãs em retirada em um grupamento à parte. Mais um caso em que se nota a perseguição perfeitamente destacada das demais fases da ofensiva.

O ritmo acelerado da operação se deve, principalmente ao fato de os carros não se amarrarem às possibilidades da infantaria que os acompanhava. A FAé, quando os blindados atuavam muito distantes da infantaria, asseguravam o apoio necessário à segurança das fôrças de 1º escalão.

Também o caso focalizado mostra os diferentes aspectos como se apresenta uma perseguição, exigindo extraordinária capacidade de resistência das fôrças encarregadas da pressão direta e do cerco. Finalmente, uma vez mais se afirma a idéia de que resultados decisivos só poderão ser alcançados numa perseguição, quando a massa constituída de unidades altamente móveis penetra na brecha dum só lança e sem encontrar resistência inimiga, isto é, quando já se aproveitou do êxito em seguida à ruptura. Em outras palavras, o aproveitamento do êxito deverá traduzir-se pelo engajamento das unidades inimigas, de tal forma que assegure a cobertura suficiente para o lançamento impune das fôrças que vão perseguir o inimigo batido.

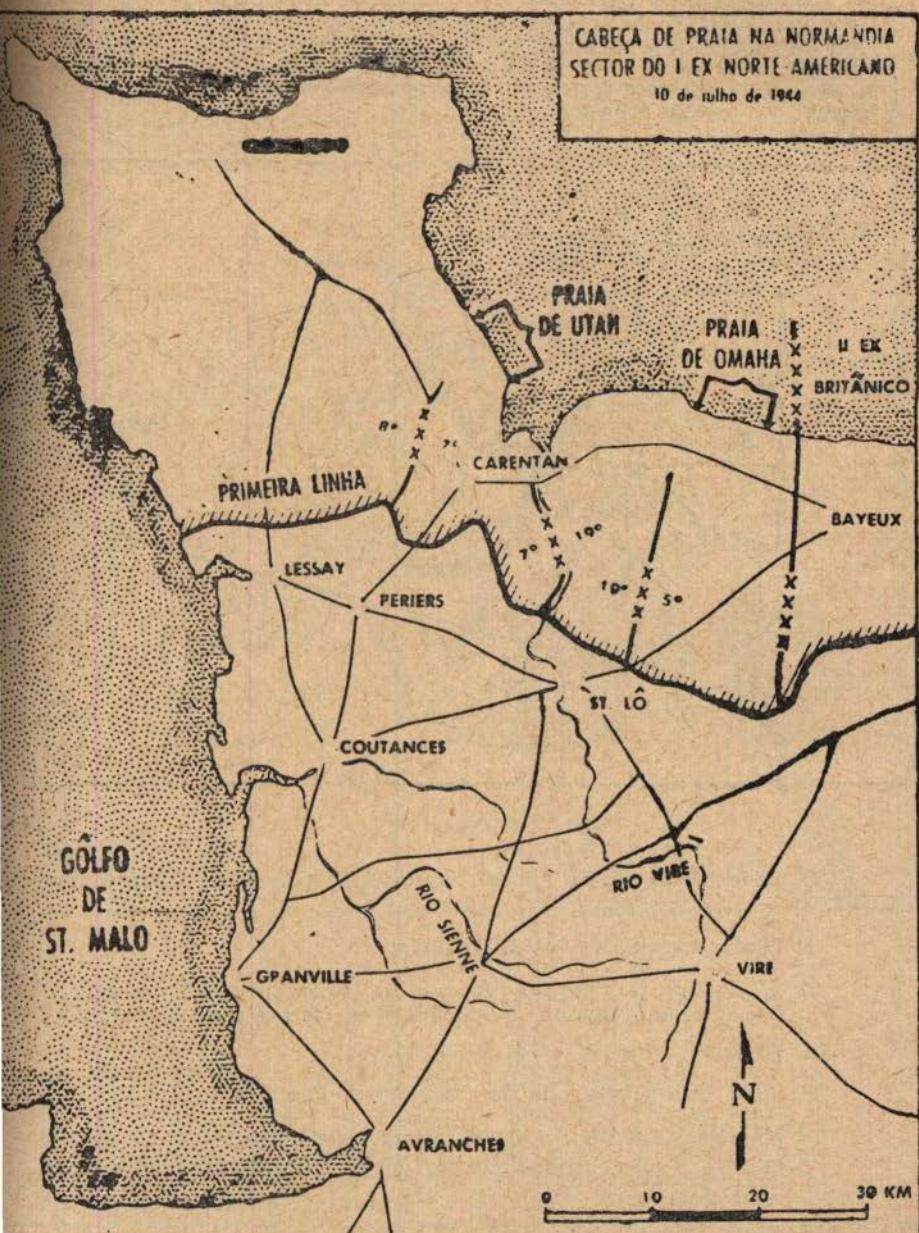
d. ST LO e AVRANCHES:

(1) Situação Geral (Esbôço n. 9):

O plano aliado de invasão da FRANÇA previa, após o estabelecimento da cabeca-de-praia nas regiões da NORMÂNDIA e da BRETANHA, uma ruptura da posição alemã e o prosseguimento das operações numa larga frente, com 2 CEx, com esforço à esquerda, a fim de conquistar a região portuária necessária e atingir as fronteiras da ALEMANHA.

Deste modo, depois de conquistada pelos aliados a linha PÉRIERS — ST LO — CAEN, que assegurava uma área suficiente para permitir o desdobramento do efetivo dos I e III Ex americanos, destinado a executar uma ofensiva, cujas condições assegurassem a progressão até o SENA e o LOIRE, os aliados empreenderam a "Operação Cobra".

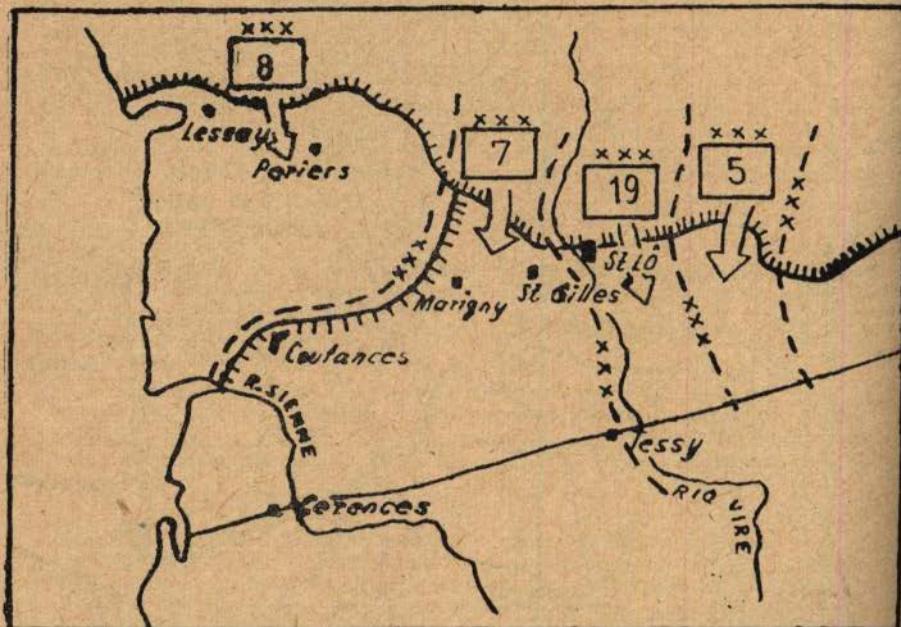
Tal operação seria a primeira fase da manobra estratégica, que visava à fronteira alemã, num outro tempo.



Esbôço n. 9

(2) Manobra Adotada (Esboços ns. 10, 11 e 12):

Cabia ao I Ex Americano a realização da manobra central de ruptura, na frente de ST LO, sendo o esforço da "Operação Cobra" exercido no centro, pelo 7º CEx. Os 8º, 19º e 5º CEx fariam a fixação no restante da frente, aumentando a pressão durante o ataque, de modo a obrigar os alemães à retirada e explorando a desorganização consequente ao violento ataque do 7º CEx.



Esbôco n. 10

O plano da "Operação Cobra", estabelecido pelo I Ex, compreendia 3 fases:

1ª Fase: Ruptura da Posição Inimiga:

- a cargo do 7º CEx, que disporia de poderosos meios necessários não apenas à ruptura, mas também ao aproveitamento do êxito;
- ruptura: feita por 3 DI.

2ª Fase: Alargamento da Brecha e Aproveitamento do Êxito:

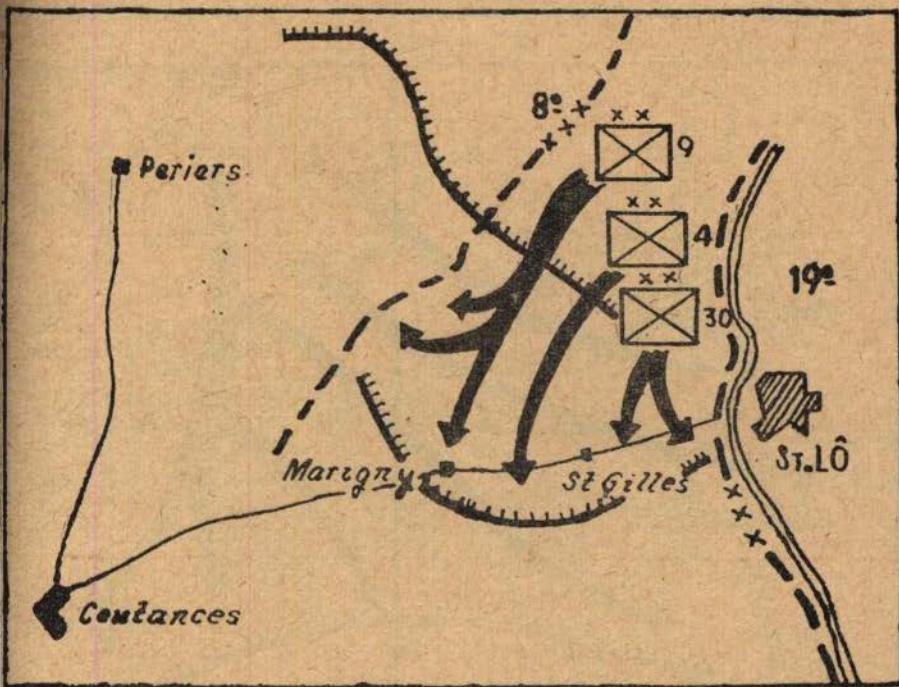
- emprêgo de 2 DB e 1 DI Mtz através da brecha;
- atuação a cavaleiro das duas principais rodovias na zona de ação do CEx.

3ª Fase: Consolidação:

- ataque dos 5º, 8º e 19º CEx (que nas primeiras fases aferrariam o inimigo), beneficiando-se da ação do 7º CEx.

A missão do 7º CEx consistia em:

- romper as defesas inimigas entre MARIGNY e ST GILLES;
- conquistar e manter a linha COUTANCES — MARIGNY, de forma a cortar as forças inimigas que estavam face ao 8º CEx;
- apoiar este CEx na destruição das referidas forças;
- evitar que elementos inimigos, vindos do Sul e do Leste, interfirassem na operação; para isso, bloquear a linha CERENCES — TESSY — ST LO.



Esbóço n. 11

Plano do 7º CEx, em duas fases:

1ª Fase: depois de intenso bombardeio de aviação e artilharia, lançar três DI em 1º escalão (9ª, 4ª e 30ª) atacando justapostas;

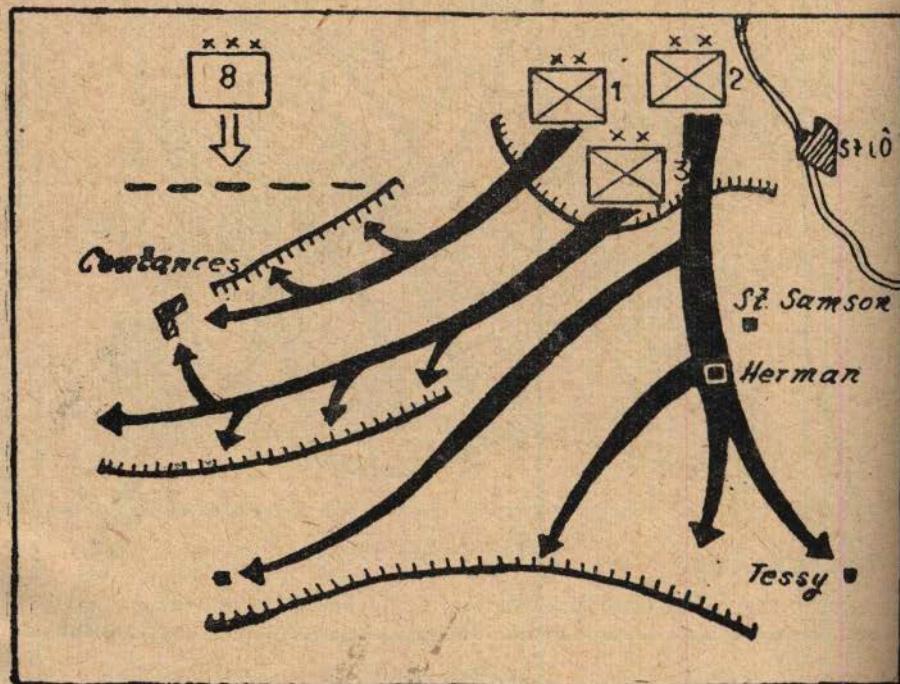
2ª Fase: as forças de exploração, constituídas pelas 1ª DI, 3ª e 2ª DB, deveriam ultrapassar os elementos de primeira linha, através da brecha mantida por esses elementos como se vê, ao 7º CEx caberia a missão, dentro da manobra do I Ex, de realizar a ruptura e iniciar o aproveitamento do êxito, na 2ª fase da manobra ofensiva. Pela brecha aberta, uma frente de 6 km, seriam, pois, lançadas as tropas do I Ex e, posteriormente, as do III Ex (PATTON), cuja missão era cercar, pelo S, as forças alemãs que combatiam ao N do LOIRE e a W do SENA. A E de ST LO, os alemães seriam aferados pelo Ex de MONTGOMERY.

Os alemães defendiam essa frente com a Divisão PANZER LEHR e um Rgto de Pára-quedistas, não ultrapassando o efetivo total de 25.000 homens, incluídas ai as tropas adicionais à direita e à esquerda da zona de ação do 7º CEX.

(3) A Ruptura de ST LO (Esbôco n. 15):

A 250800 tem início o ataque.

A Operação foi precedida de uma preparação que incluiu um bombardeio aéreo de 2 horas e 30 minutos de duração, realizado por 1.500 bombardeiros pesados, 350 caças-bombardeiros e 396 bombardeiros médios, sobre uma área de 5.400 m de frente por 2.300 m de largura. O terreno, em consequência desse bombardeio, ficou de tal modo cheio de



Esbôco n. 12

crateras, que houve considerável retardo no avanço dos americanos, inclusive porque os defensores tiraram partido do abrigo propiciado pelas crateras.

No primeiro dia, os americanos não progrediram mais de 3 km e no segundo, o avanço não excedia ainda de 8 km, mas depois a brecha foi alargada e a penetração acelerada na direção do canto SW da península de CONTENTIN.

A 26 de julho foram empregadas a 1ª DI e a 2ª DB, retiradas das forças de aproveitamento do êxito, a fim de manter o impulso do ataque, de vez que "as principais defesas alemãs estavam rompidas". O ataque prosseguiu, nesse dia, mais rápido e vigoroso.

Durante a jornada de 27 também foi lançada a 3^a DB, às 06,30, ultrapassando a 4^a DI. A ruptura e o alargamento da brecha já se configuravam nas linhas alemãs. As 9^a DI e 2^a DB continuaram sua progressão no interior do dispositivo inimigo, dominando sucessivamente as regiões de ST SAMSON e HERMAN e atingindo a linha FEVRANCHES — LA DENISIERE — NOTRE DAME (2^a DB), sendo que LE SAULT era atingida pela 3^a DB, ao mesmo tempo que CAMPORND caia em mãos da 1^a DI. Ainda nessa jornada os alemães, percebendo o risco das tropas que faziam face ao 8º CEx, iniciaram a retirada em tóda a frente dêsse CEx.



Esbôço n. 13

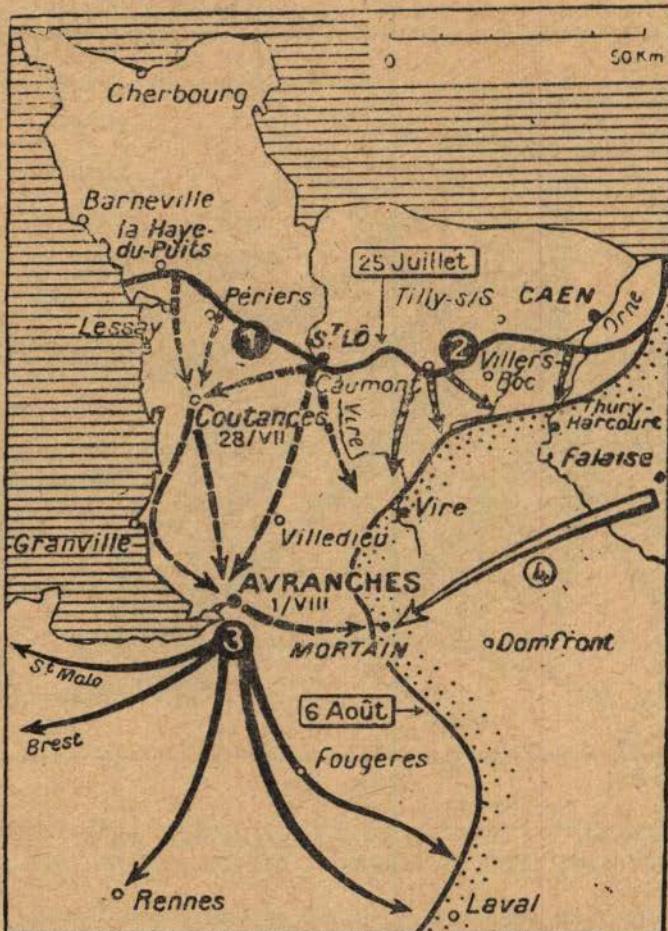
A 28, praticamente se anulavam as resistências alemãs, mantidos apenas os centros que se destinavam a cobrir a retirada do grosso. Com a captura de COUTANCES, pelo 8º CEx, soldavam-se os esforços dêste CEx com o 7º e caíam, nesta oportunidade, as regiões de VILLEBANDON e ST DENIS (2^a DB).

O que se fêz nas jornadas de 29, 30 e 31 de julho foi tão sómente completar a limpeza da região, de modo a preparar o lançamento do III Ex (PATTON). Assim é que reajustaram-se os limites entre os CEx e reorganizaram-se, em consequência, os meios. Os centros de resistência

inimiga, cujos principais se encontravam em ST DENIS — COUTANCES — MONTPINCHON, foram totalmente aniquilados.

(4) Lançamento do III Ex (Esbôço n. 14):

Terminada a "Operação Cobra" com um resultado que se traduzia, para o I Ex, numa brecha de 30 km de profundidade por uma frente de 32 km, aproximadamente, estava o III Ex em condições de ser lançado, beneficiando-se agora, da extraordinária atuação do II Ex Britânico, que atacara CAUMONT (20 km SE ST LO), a 30 de julho. Enquanto o ini-



Esbôço n. 14

migo acorria a esse ponto seriamente ameaçado pelos ingleses, com tropas que pudera retirar de CAEN, os americanos romperam em AVRANCHES e o III Ex de PATTON, tornado operacional, foi rapidamente lançado para o Sul e Oeste.

Convém fixar aqui, a missão do III Ex no quadro da manobra do 12º GEx, para melhor compreender seu papel. Pela I Op n. 1, de 29 de

julho de 44, o III Ex seria engajado na ala direita do I Ex e lançado de AVRANCHES, para isolar a península da BRETANHA e prosseguir no sentido de E e SE visando o Rio SENA, entre ORLEANS e PARIS, apoiando o flanco direito no Rio LOIRE.

A parte da missão que dizia com o lançamento para E se traduzia por um grande movimento envolvente, atuando as forças de PATTON profundamente nas retaguardas alemãs.

Diante da rapidez aliada após a ruptura de ST LO, ficaram os alemães impossibilitados de deter o seu avanço, na linha AVRANCHES — VILLEDIEU — TESSY-SUR-VIRE, o que seria feito pelo VII Ex, principalmente com o 84º CEx. Desta forma, a 31 de julho, já o Alto Comando Nazista sentia que o flanco esquerdo alemão estava completamente comprometido. E tudo isso se deu, em virtude da velocidade das GU do III Ex e do excelente apoio das FAé aliadas, que possibilitaram uma perseguição sem trégua aos alemães, depois de ST LO. Da perseguição no âmbito do I Ex, passam os aliados à perseguição no quadro do GEx de BRADLEY.

(Continua no próximo número)

DOUTRINA PARA OS SUL-AMERICANOS

“Trata-se essencialmente de:

- respeitar a Doutrina, a parte permanente (ou menos variável) da experiência da Guerra;
- utilizar os Processos, tanto na Organização, como na Tática, como na Estratégia, escolhendo e adaptando os mais adequados às circunstâncias particulares ao meio e às modalidades da Guerra em cada Teatro de Operações, encarando quer o caso de se dispor de aparelhamento completo, quer quer também o de possuirem recursos deficientes e muito aquém das necessidades. É preciso, repito, encarar a Guerra do rico, dos meios poderosos, mas não abandonar a eventualidade da Guerra com recursos reduzidos.

Não se trata de copiar servilmente nenhum regulamento, nenhuma organização, mas de adaptar com inteligência.

Não se trata de aceitar cegamente opiniões alheias, mas de analisá-las, compreendê-las para aplicá-las com critério pessoal.

Adaptação inteligente, flexibilidade de espírito na aplicação dos processos de guerra. Eis a pedra de toque de nossos estudos, das nossas concepções e das nossas realizações. Como vimos, a diversidade dos TO eventuais e a situação ocasional dos meios de guerra, impõem soluções várias para cada caso, as quais, por sua vez, terão que se modificar à medida dos progressos do país e do aumento de possibilidades das organizações armadas.”

Ten-Cel T. A. ARARIPE

(Trecho dum trabalho sobre Doutrina na América do Sul)

2. O CONHECIMENTO MILITAR

Alm CASTEX, da Escola Superior da Guerra — França, 1955
(Tradução do Ten-Cel A. J. Von TROMPOWSKY, da ECEME)

Nota do Redator :

Encarecemos a atenção dos camaradas para a excelência do tema desenvolvido pelo Alm Castex, autoridade das mais eminentes no trato de questões relativas à filosofia da Guerra, na ESG da França. O presente trabalho, que é traduzido pelo Ten-Cel Trompowsky, atualmente exercendo as funções de Chefe da Seção História Militar da ECEME, pretende demonstrar — e o faz de maneira admirável, sem dúvida — as bases em que se assenta o conhecimento militar.

Depois de caracterizar que a compreensão dos princípios é feita por meio do "método histórico", estruturado à base da "fonte histórica", mostra o autor, paralelamente, a assimilação dos processos de ação, decorrência natural da utilização do chamado "método positivo". Não apenas as vantagens de cada método, mas sobretudo os perigos advindos da exagerada utilização de uma ou outra fonte para a formação do conhecimento militar, ai estão ressaltados pelo Alm Castex.

O excesso na utilização do "fato técnico", denunciando utilitarismo imediatista, ou a exaustiva aplicação da "fonte histórica", aflora de modo altamente convincente. Excelente exemplo, por sinal, o do Exército francês, de 1900 a 1930.

Ao recomendarmos o presente estudo aos leitores de Doutrina Militar Brasileira, ousamos lembrar:

- 1 — Não estarão alguns Exércitos inteiramente preocupados em inspirar-se na "fonte positiva", visando a conformar uma Doutrina, desprezando totalmente a "escola histórica", prudente, judiciosa, mostrando que "a história é um perfeito recomeçar"?
- 2 — O exemplo do quase exclusivo apelo à "fonte positiva" após as guerras, em detrimento da "fonte histórica", com toda a série de desastrosas consequências, não será isso uma advertência aos estudiosos da "futura guerra"?
- 3 — Não deve, pois, fundamentar-se uma Doutrina na judiciosa e ponderada interpretação das duas "escolas", a histórica e a positiva? Eis o "to be or not be" da questão.

A. RAPOSO FILHO
Major

O conhecimento militar — como o ensino militar, sua expressão didática — é constituído igualmente da compreensão de *princípios*, que inspiram a concepção e da assimilação de *processos*, que presidem a execução.

O *princípio* é uma quase-verdade, cuja justeza e eficiência se manifestam ou se manifestaram, um pouco em todos os gêneros mais ou menos em todos os lugares e, sobretudo, em todos os tempos.

Ele é fruto da prática, resumo das aquisições anteriores que o trouxeram à luz, isto é, resultado da experiência.

Pode-se então, racionalmente, tirar da experiência dos outros, na falta de experiência própria, ensinamentos e lições suscetíveis de servirem como guias. Encontrar-se-ão, assim, indicações úteis, no exame das guerras precedentes.

Serão reunidos fatos a outros fatos da mesma natureza, para estabelecer, por meio de sínteses abrangendo períodos extensos, regras gerais, espécie de "leis", com a acepção bastante elástica e flexível atribuída a este termo em fisiologia e meteorologia. A isto se chegará utilizando um método que lembra um pouco o das ciências naturais e que utiliza, também, a observação.

Como a coleta dos fatos que servem de matéria prima, só pode ser feita pela história, esse método sintético e generalizador é essencialmente um método histórico. Assim, no que se refere ao conhecimento dos princípios, o ensino militar se alimenta sobretudo em uma fonte histórica.

É natural que se recorra a essa fonte, pois este apelo está perfeitamente de acordo com as aspirações naturais do espírito humano, o qual, com uma perseverança que muito o dignifica, procura sempre elevar-se das baixas camadas do saber até aos píncaros, do particular para o geral, do fato para a lei que se supõe regê-lo. Conforme Hegel: "Para explicar um fato é preciso ultrapassá-lo" e ele será ultrapassado, confrontando-o com outros, para se chegar aos princípios procurados.

A fonte histórica tem virtudes incontestáveis. Ela dá uma visão de conjunto e a noção de continuidade dos fenômenos, imutáveis fundos de cena, freqüentemente mascarados pela balbúrdia do proscênio.

Ela fornece uma base segura para o julgamento de certos aspectos dos acontecimentos do presente e do futuro. Ainda que se tratasse apenas de alguns desses aspectos, de uma espécie particular, esta vantagem seria de grande valor.

É conveniente, porém, que esta fonte seja utilizada com prudência, a fim de serem evitados os múltiplos perigos que acarretaria o seu uso imoderado. Ela provoca algumas vezes, se inadequadamente aproveitada, perigos de várias naturezas.

O primeiro é a ocorrência de uma espécie de "nirvana" intelectual, uma calmaria das faculdades que proscreverá a dúvida fecunda, geradora do progresso. A verdade será conservada, como fruto do passado e basilará apenas, utilizá-la no presente. Extrapola-se passivamente e sem o menor escrúpulo.

"A felicidade está em pensar, diz o Ten-Cel Mayer, que a guerra de amanhã usará os mesmos métodos da guerra de ontem. Encontra-se nessa convicção uma paz de espírito cuja doçura é enorme." (1)

"A extrema generalidade dos princípios de Estratégia, escreviam ainda os Cmt Z. e H. Montéchant, é cúmplice da preguiça dos espíritos. Estes se agarram àquelas verdades evidentes e, de certo modo eternas, que lhes darão bons resultados tôdas as vezes que fôr preciso." (2)

Em outras ocasiões, no exame de um fato histórico, serão negligenciadas circunstâncias particulares que o condicionaram, quando estas deveriam ter sido afastadas, sob pena de levar a conclusões falsas. Ou ainda, na ânsia de encontrar fatos que sirvam de base a um princípio, se o meio considerado não os contém ir-se-á procurá-los em outros meios, transladando-os precipitadamente ou recorrendo ao fraco raciocínio por analogia, reunindo assim elementos não comparáveis.

(1) La Theorie de la Guerre et L'Etude de L'Art Militaire.

(2) Essai de Stratégie Naval.

Muitas vezes também pode acontecer que se realize uma síntese de fatos pertencentes ao mesmo meio porém ocorridos em épocas diversas, sem a mínima consideração pela diversificação dos elementos Técnicos e à variação devida ao Tempo. Também neste caso serão enfeixados fatores absolutamente dissemelhantes.

Tais são as impurezas, as próprias toxinas da fonte histórica, considerada como base do conhecimento militar, desde que a ela se recorra sem ponderação e discernimento.

Algumas precauções, devem ser tomadas na utilização do método histórico.

A primeira, evidentemente, é que a prática desse método seja feita com um espírito utilitário, orientado por uma finalidade essencialmente militar. O dilettantismo deve ser banido. Não se deve concentrar muito sobre a coisa morta, nem se entorpecer na contemplação do passado.

Em segundo lugar, quando se tiver feito o estudo de um acontecimento numa guerra de outrora e se tiver chegado às conclusões, é necessário situá-las em condições médias, eliminando as circunstâncias particulares que nelas possam ter influído (valor dos adversários, meios de ação postos em jôgo, terreno, fatores logísticos, etc...). Em seguida, dos ensinamentos assim trazidos à luz, só serão considerados os que pareçam de natureza permanente, abandonando-se aquêles, que pela sua estreita relação com os engenhos e processos do momento considerado, breve se tornariam sem valor pela evolução ulterior dos mesmos. Esta filtragem crítica é obrigatória.

Finalmente, após essa triagem, procura-se aplicar ao ensino militar contemporâneo, a parte estável dessa lição do passado. Poderão mesmo ser imaginadas situações que se aproximem daquela tomada como objeto de estudo e se procurará resolver com os meios atuais, os problemas que elas comportam. Esta *aplicação dos princípios* será o complemento indispensável e constitui a parte criadora do método histórico, exigindo naturalmente, numerosos exercícios, tanto na carta como no terreno, dentro do maior realismo possível em tempo de paz.

Os processos, ao contrário dos princípios, dependem estreitamente dos engenhos, dos meios de ação. Estes têm uma influência inegável sobre o conhecimento militar, que deles não pode fazer abstração nem de suas necessidades peculiares.

Resulta daí que a parte desse conhecimento que é função dos processos, isto é, sua parte executiva, é extremamente variável, de acordo com o meio e sobretudo com a época, já que os engenhos, êles próprios, são condicionados por esses dois elementos. Esta parte é muito mais variável e evolutiva do que a parte que se relaciona apenas com os princípios.

Os processos têm uma importância capital, pois, sem êles, os princípios permaneceria no seu estado de concepção filosófica, sem realização concreta, sem forma viva, sem aplicação prática e sem relação com o real.

A procura dos processos, contrariamente a dos princípios, é essencialmente *análítica*, inspirada unicamente pela consideração dos meios de ação do momento e mesmo, mais exatamente, de cada um deles por seu turno. Cada instrumento traz em si, a par de suas características próprias, a propriedade de indicar o modo de emprêgo que mais lhe convém.

O "fato" técnico é aqui colocado em primeiro plano, quer ele provenha de uma guerra recente ou das propriedades de um engenho em serviço ou ainda de um engenho novo. Ele é necessário e suficiente. Não será preciso confrontá-lo com outros da mesma espécie, procurando "ultrapassá-lo" por um esforço de síntese de Hegel, mas sim agir de acordo com a frase favorita de Stuart Mill: "Não há senão fatos".

Chega-se, então, ao conhecimento dos processos, por um ato do espírito sob a forma de uma dedução racional e positiva, considerando apenas os dados que emanam dos próprios instrumentos atuais, da matéria por elas representada, matéria esta que domina todo o restante.

Será utilizado um *método positivo*, quanto à sua forma material, quanto a seus embriões constitutivos, cujo campo se limitará ao tempo presente e cuja essência é absolutamente diversa daquela do método histórico anteriormente citado.

Assim aparece para o conhecimento Militar, ao nos referirmos aos processos, uma segunda fonte alimentadora, a fonte positiva ou material.

Não se pode negar-lhe reais qualidades. Ela tem a nitidez e a precisão de um utilitarismo imediato. Possui o sentido exato das possibilidades do momento, do que se pode esperar dos armamentos e dos aperfeiçoamentos a serem nêles introduzidos. Está impregnada pela visão clara de uma realização em curto prazo. Não há o perigo de se ficar estiolado por certezas definitivas e estéreis, porque nela a mutação é continua, requerendo incessante esforço do pesquisador. Não se corre o risco de ficar perdido nas nuvens filosóficas, pois os elementos positivos presentes, cedo chamariam o pensamento à ordem. É o triunfo do caso concreto, que impede a imaginação de perambular sem rumo, mantendo-a em estreito contato com a realidade, atual. Por outro lado a fonte positiva é a única capaz de fornecer os ensinamentos relativos aos materiais pertencentes exclusivamente à época presente.

Por sua vez, a fonte positiva oferece perigos para aqueles que à ela se apegam sistemáticamente, com absoluto exclusivismo.

Quando alguém evita recorrer a noções de outras procedências, quando repele as considerações de base histórica, julgando-as falazes e irracionais, quando por prevenção, se considera satisfatoriamente amparado pelas conclusões que tirou do estudo dos meios de ação do momento, ele estará se confinando em sua época, restringindo inconscientemente seus horizontes. O positivista ou materialista exclusivo não será bafejado por certas leis gerais que lhe facilitariam certamente a compreensão exata do presente. Não querendo reconhecê-las, ele será privado do precioso fio de Ariadne que elas representam arriscando-se a enveredar por caminhos falsos e a cometer erros, por outros já cometidos e que elas, poderiam perfeitamente evitar. É que o positivista crê, com puerilidade, que não existe senão uma perpétua novidade, e que tudo começa no instante em que ele está vivendo. Enfim, sua atividade, com tendências geralmente particularistas, vai se exercer em benefício apenas de uma só arma, abstraindo das demais, mesmo contemporâneas.

Portanto, o método material ou positivo, praticado de maneira excessiva, comporta também, graves inconvenientes para o Conhecimento Militar.

Eis aí as duas fontes nas quais se pode alimentar o pensamento militar.

Manteve ele sempre a desejável proporção quando a elas tem de recorrer? Não precisamente. Isto não é verdadeiro para numerosos indivíduos em determinado instante. Por outro lado, no correr dos tempos, vê-se a massa oscilar constantemente de uma para outra das duas fontes.

As características pessoais das inteligências, o modo habitual de atividade de cada um, as circunstâncias também, influem bastante nesse freqüente desequilíbrio intelectual e nesse balanço pendular coletivo.

O que é certo, antes de tudo, é que todo o espírito desejoso de se instruir, busca de preferência, ora a fonte histórica, ora a fonte material, segundo sua inclinação natural, suas aspirações, suas preferências intelectuais, as disposições de seus espíritos e o tipo de trabalho que é

sua ocupação normal. Ele é assim arrastado, antes de qualquer reflexão, mais por instinto e sentimento, para uma ou outra das referidas fontes.

Por outro lado, a fonte histórica goza de uma preferência geral acentuada durante os longos períodos de paz, desde que estes não sejam perturbados por grandes alterações nos materiais. É evidente, com efeito, que essas épocas, pela liberdade do espírito, pela documentação que elas propiciam, pela ausência de preocupações com o material, no momento estabelecido e consagrado, que as caracteriza, são particularmente adequadas ao esforço sintético e generalizador, peculiar ao método histórico.

Ao contrário, o número de adeptos da fonte positiva aumenta em proporções consideráveis, em geral após uma guerra, sobretudo se nela foram utilizados armamentos inéditos. Há então como que uma revanche da matéria sobre o imprudente que tentava em sua extrapolação histórica configurá-la com antecedência.

O "fato" desprezado se vinga, por um certo tempo, pelo menos. Voltamos a este aspecto brevemente. Tal fenômeno se observa igualmente em tempo de paz, quando da aparição de um aperfeiçoamento ou desenvolvimento técnico brusco de um meio de combate. Na marinha foram conhecidos tais entusiasmos. Entre 1865 e 1880, após a guerra da Secessão e Lissa, imperava o esporão nos navios de guerra. Depois, de 1885 e 1895, foi a vez do Torpedeiro, introduzido nas esquadras modernas, dando nascimento às teorias da "jovem escola" francesa, tão discutível sob certos aspectos. De 1895 a 1905, verifica-se a mesma convulsão, logo que surgem os misteriosos submarinos. De 1905 a 1914, agitação idêntica se observa, no momento da ressurreição triunfal e tirânica do canhão. Poder-se-iam citar também, muitos exemplos dessa natureza, fora da marinha.

As preferências pelas fontes histórica e material poderiam ser representadas por duas curvas, correspondendo os pontos máximos de uma aos pontos mínimos da outra.

As duas fontes são alternadamente preponderantes. Porém é extremamente raro que a fonte que goza da supremacia, no fastígio de sua fama, consiga reunir a totalidade dos sufrágios. Trata-se de uma maioria, não de unanimidade. A outra fonte conserva adeptos tão fervorosos que constituem um núcleo irredutível. E as polêmicas que se travam em todos os tempos entre os defensores exclusivistas dessas duas correntes, se acentuam então, em proporções inauditas.

Patenteia-se, assim, o antagonismo das duas escolas. Há a *escola histórica*, que se caracteriza por uma unidade completa. Há a *escola material*, que ao contrário e justamente devido à sua natureza analítica se subdivide em tantas escolas quantas são as armas existentes. Chega-se mesmo ao exagero da escola transformar suas opiniões em dogmas, lançar a excomunhão sobre o pensamento independente, negando toda virtude à corrente contrária e se tornando um verdadeiro "santuário" com seus padres e mesmo, seus pontífices.

Eis ai exageros reprováveis. Eles são, entretanto, compreensíveis em se tratando de homens demasiadamente arraigados às suas idéias, que procuram o melhor, com uma sinceridade e uma convicção que facilmente se transformam em paixão.

A respeito desse predomínio alternativo e um tanto irracional das fontes histórica e material, não há exemplo e ensinamentos mais sugestivos do que os proporcionados pela época que contém e enquadra a guerra de 1914-18. Trata-se do período de 1900 a 1930, que foi, sob este ponto de vista, uma fase inesquecível da intelectualidade militar.

(Continua no próximo número)

II. — GUERRA GERAL OU LIMITADA

SÔBRE A GUERRA LIMITADA

General MAXWELL D. TAYLOR

Chefe EME/EUA — 1958

(Traduzido de "Army Information Digest" — 1958)

NOTA DO REDATOR

Ao transcrever as observações do General Taylor relativamente à Guerra Limitada no quadro das demais formas admitidas para os futuros conflitos, queremos alertar o leitor sobre a importância, a prioridade e a iminência dessa guerra, atómica ou não, em face de nossa realidade militar continental.

Como encarar a importância da Guerra Limitada nos TO sul-americanos?

Não será ela um conflito de difícil eclosão no continente, sobretudo quando se considera a luta ideológica entre os dois mundos, aflorando por outro lado a Guerra Revolucionária com ênfase muito mais destacada?

Mesmo em se cogitando da Guerra Limitada, não parece lícito admitirmos meios e estruturas em moldes exclusivamente convencionais?

Essa a^a questão proposta.

A. RAPOSO FILHO, Major

Nestes dias de dramáticos lançamentos de satélites e vôos de engenhos-foguetes, a atenção do público volta-se com grande interesse para os perigos de uma possível guerra geral termonuclear.

Essa preocupação é compreensível mas pode levar-nos a desprezar a ameaça igualmente séria de guerras limitadas, iniciadas por um agressor protegido sob a capa da dissuasão mútua no uso do armamento nuclear. A agressão limitada, se não for contida, poderá conduzir à possível perda de grande parte do Mundo Livre e, se não for rapidamente suprimida, poderá estender-se em uma conflagração geral, que esperamos evitar. Considero, portanto, que nosso aprestamento para lutar e vencer pronta-

mente qualquer conflito local é da mais alta importância, não só para desencorajar os inimigos em potencial quanto a aventuras militares limitadas, mas como uma das mais importantes formas de dissuasão da guerra atômica geral.

Nossa maior preocupação é, naturalmente, impedir a guerra. Mas, se os comunistas não estiverem convencidos de que lutaremos se fôr necessário, estarão invalidadas nossas formas de dissuasão. Se demonstrarmos a determinação de empregar fôrça efetiva para dominar uma agressão local, isto dará credibilidade à nossa atitude de contenção da guerra geral.

Assim, embora nunca devamos procurar guerras limitadas, precisamos trazer presente a grande significação de reações a agressões limitadas, como capazes de transmitir nossa vontade e determinação ao potencial inimigo.

Os Estados Unidos preferem, fundamentalmenté, a negociação de paz ao emprêgo da fôrça militar, estando coerente com esta política qualquer demonstração de fôrça que impeça a guerra em benefício da paz negociada.

O claro aprestamento de nossas fôrças de dissuasão e a evidente determinação de empregá-las, se necessário, pode permitir-nos evitar o uso de fôrça, seja em guerra geral ou limitada.

Há motivo para acreditar que tal aprestamento e óbvia determinação preveniram a eclosão da guerra por várias vêzes nos últimos anos, como em Berlim, em Formosa e no Oriente Médio.

Em outros casos, o aprestamento e determinação contribuíram para o restabelecimento da paz sem o uso da fôrça...

Estudando o problema da prevenção, precisamos considerar, cuidadosamente, a extensão em que há diferença ou identidade entre as medidas para impedir uma guerra limitada ou para lutar neesses conflitos se êles eclodirem, a despeito da dissuasão.

Se formos forçados a uma guerra limitada, é essencial que reajamos pronta e decisivamente. Do ponto de vista militar isto é vital, a fim de impedir que o inimigo ganhe tempo de escapar das dispendiosas e perigosas demoras que serão o resultado de qualquer atuação fragmentária e protelatória de nossas fôrças.

Precisamos estabelecer, em colaboração com nossos aliados, as respectivas missões na política de dissuasão, como na conduta de guerras limitadas. Existe óbvia vantagem mútua em possuir aliados seguros de seu direito ao ponto de desencorajar a agressão e em assegurar-se de que são capazes de enfrentar quaisquer crises, exceto as mais sérias, que possam afetar a segurança de todo o mundo livre.

Ao mesmo tempo, responsáveis que somos pela nossa própria segurança nacional, devemos, com nossos aliados, reconhecer que nenhuma nação pode deixar-se levar a uma posição em que suas mãos estejam atadas, quando em jôgo seus interesses.

Entretanto, acredito que nós, como êles, estaremos de acordo quanto aos requisitos para alcançar nosso objetivo precípicio de colocar o Mundo Livre em uma situação militar, econômica, política e social capaz de evitar tôdas as guerras.

III — ORGANIZAÇÃO

PRINCÍPIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO

Resumo da Conferência do Cel ÁLVARO LÚCIO
DE ARÉAS, para o 3º Ano da ECEME em 1959

NOTA DO REDATOR

Tão evidente se impõe a assertiva, que desnecessário se torna, dispensável mesmo, qualquer referência introdutória relativamente à objetividade e ao sentido prático do trabalho que adiante se vai ler sobre Princípios Gerais de Organização, tendo em vista o propósito de nossa Seção. Realmente, "Doutrina Militar Brasileira" se constitui em tribuna para debate dos diferentes aspectos que interferem com a concepção da Guerra, de modo geral, mas visa, sobretudo, à indagação, à pesquisa, e — confessemo-lo — ao estabelecimento das bases filosófico-militares para a estruturação doutrinária de uma maneira de ser, de pensar, mas principalmente de agir, em conformidade com as verdadeiras Finalidades Constitucionais de nossas Fôrças Terrestres.

Para isso, mister se faz, não apenas incursionar pelo domínio amplo e subjetivo da Concepção da Guerra, nem caracterizar as duas formas gerais que se esboçam no campo propriamente operacional, para dai induzirem-se as diferentes Doutrinas, de Guerra e Militares. Há que cerrar o pensamento, conduzi-lo ao instrumento de emprêgo, aos meios, e de nenhum valimento será qualquer trabalho nesse sentido, se o complexo edifício da "arte essencialmente prática e de pura execução", não conhecer organizações estruturais essencialmente objetivas e condizentes com as missões precípuas que se impuserem às Fôrças Terrestres.

Dai, na verdade, o sentido inegavelmente útil de tudo que se pensar e escrever com vistas à Organização das Fôrças. Sem embargo, que se medite sobre seus Princípios, estejam êles codificados como queria CORNEIL, de modo geral, em "Organization and Management", no qual, depois de mostrar os diferentes tipos de organização (linear, funcional e com o emprêgo de EM), acentua que, qualquer que seja o tipo de organização adotado, é necessário que se obedeça ou adote certo número de regras ou princípios, como: da Terminologia, do Método, da Objetividade, da Análise, da Simplicidade, da Departamentação e da Iniciativa e Responsabilidade. Ou, ao contrário, como entende de modo essencialmente didático-sintético o Cel ARÉAS nesse interessante trabalho, isto é, Organização que satisfaça aos seguintes Princípios: 1º) fim a que se destina; 2º) adaptada ao TO em que vai operar; 3º) tipo do inimigo; 4º) compatível com o estado sócio-cultural do povo; 5º) ser flexível.

A. RAPOSO FILHO

Maj

1. Em tática, sempre que temos de empregar uma unidade, pelo menos os pontos fundamentais de qualquer Método de Raciocínio: — Francês, Alemão, Russo, Americano ou Nacional nos vem à mente.

Quando não se faça com todo o detalhe escolar um "Exame de Situação", pelo menos o que em todos eles é básico, aparece sempre: — Missão, Inimigo, Terreno e Meios.

Isto é, e será uma verdade, embora poucas vezes surja a oportunidade de pôr em prática o que aprendemos — A guerra é rara e a participação de cada um de nós é eventual. Mas organizar, é fato quotidiano e passamos a vida militar a fazê-lo. Sendo fato corriqueiro, pouco se lembram de que, como a Tática, a Organização também tem princípios de que todos falam, mas poucos aplicam. Em consequência, aparecem organizações esdrúxulas, teóricas e inaplicáveis na maioria das vezes.

2. Organizar é prever; e já é lugar comum que os latinos são povos improvisadores. No entanto são estudiosos, inteligentes e capazes, mas falham em Previsão que é Organização e assim, nunca é demais estudar Organização e suas Regras Básicas. Além disso, cada grupo social, como cada povo, necessita desenvolver artificialmente — pelo estudo e pelo trabalho — tudo aquilo que não lhe é inato é inerente — É a lei das compensações.

3. Avessos que nos manifestamos ao planejamento, que é sempre visto com descrença, temos que procurar as causas dessa aversão e entre elas, se planejar é organizar, que regras presidem à organização? — Quais os mandamentos da Lei de Organização ou de planejamento?

4. As bases fundamentais da vitória são: Comando e Organização.

— O comando aprende-se desde as Escolas Militares Básicas. Pratica-se a vida tôda, aprimora-se nas Escolas de Comando e Estado-Maior e, feita a vesteia, é só vesti-la num homem de caráter bem formado, de honra e de bom-senso, dar-lhe os meios de manter-se em dia com a evolução doutrinária e de praticar. Sua preparação está feita.

— A Organização baseia-se em cinco pontos que, respeitados, não permitem êrro e garantem matemáticamente seu sucesso e vice-versa. Desrespeitados em apenas um, é segura e inevitavelmente nula.

5. Para poder exemplificar, tomemos a primeira organização militar que teve o Brasil. Vamos recapitulá-la e depois analisá-la à luz dos princípios ou regras que lhe serviram de esteio, como o devem ser para qualquer organização presente ou futura.

— Quando da vinda de Thomé de Souza como primeiro Governador-Geral em 1549, trazia um documento, o "Regimento Del Rey de 1548" que especificava tôda a orientação do governo da Colônia. Este Regulamento, em seu artigo 33 tratava da organização militar da Colônia do Brasil e prescrevia:

- a. Que os seiscentos soldados das tropas reais, que acompanhavam o Governador, fôssem empregados no serviço de guarnição dos Fortes a estabelecer nos pontos principais de acesso ao território.
- b. Que cada Capitão de Capitania mantivesse em sua sede um núcleo de quarenta homens com armamento fixado pelo próprio Regulamento.
- c. Que cada senhor de Engenho mantivesse um núcleo de vinte homens com determinado armamento, na sede do Engenho.
- d. Que todo morador isolado, proprietário de casa ou de embarcação, possuisse armas ofensivas e defensivas (arcabuz, espada e gibão de couro).

- e. Que em caso de perturbação da ordem, por convocação do Capitão, os Senhores de Engenho acorressem com seu grupo mínimo de vinte homens, à sede da Capitania mais próxima.
- g. Que a aquisição do armamento e manutenção dos núcleos de força, ficaria a cargo dos Isolados, dos Senhores de Engenho e dos Capitães, tudo, sob fiscalização da coroa.

— Como se vê, para um Brasil organizado só à base das Sédes, Engenhos e Isolados, havia cobertura militar de todo território, possibilidade de apoio mútuo, aproveitamento completo e quase exclusivo do elemento local, sem ônus para o erário real que, muito fraco, não poderia arcar com a responsabilidade de guarnecer militarmente Colônias tão vasta.

6. Vista em suas linhas gerais a Organização Militar da Colônia, analisemo-la à luz das leis ou princípios gerais de organizações e a sua compatibilidade com o instrumento organizado.

1º Princípio — *A organização de qualquer elemento militar, Uni-dade, Escola, Exército, Fôrça Armada; seja qual fôr seu volume, efetivo ou importância, deve ser perfeitamente ajustada ao Fim a Que se Destina:*

isto é, à missão proposta; ao que se pretende obter com ela.

— Vejamos o Regimento Del Rey.

De que se tratava?

De guarnecer desde logo a Colônia, em seus pontos principais de desembarque e sedes de Capitanias — únicas povoações existentes, que no resto do país só existiam Engenhos e moradores isolados (pequenos artífices e comerciantes nos pontos forçados de passagem).

Dir-se-ia que essa regra brilha à luz meridiana, mas quantas vezes lendo decretos que organizam isto ou aquilo, ficamos na dúvida: — Será que isto resolve? — Terá resultado? — Quando esta dúvida ocorre, ou não está claro o fim a que se destina a organização ou não está compatível com este fim.

2º Princípio — *A organização de qualquer elemento, deve estar Adaptada ao Teatro em que vai operar:*

É necessária uma análise cuidadosa. Não há organismo militar igualmente apto a operar em qualquer lugar.

No nosso caso há que ponderar: — Onde vai ou pode ser chamado a operar este elemento?

— Nas costas do Brasil? No Sertão? Na Amazônia? Nas fronteiras? Na Europa? Na Argélia?

Da resposta decorrerá a definição:

— do tipo de homem a empregar, dos uniformes, dos recursos, dos efetivos, dos meios de transporte, do armamento, da alimentação.

— É elementar que isto não pode ser esquecido, mas quantas vezes o tem sido?

— Vejamos o Regimento Del Rey:

Quanto ao armamento defensivo: usava-se o gibão de couro, mais leve e apropriado ao clima tropical que o peitoral de ferro dos exércitos europeus e igualmente impenetrável à flexa; não à bala de arquebus, mas a essa, também o peitoral não resistia.

Quanto ao armamento ofensivo: o berço, o meio-berço, o falcão, o arcabuz, a lança, a espada, e a besta; grande parte dêle, de possível fabricação na Colônia.

Quanto à distribuição territorial: ocupava toda a parte já habitada, era capaz de deslocar-se e agrupar-se rapidamente, podendo assim aumentar sensivelmente, com um dia de marcha, o efetivo de homens em armas, seja das povoações, seja dos engenhos, seja das fortalezas ou das sedes das Capitanias. Com maior capacidade militar nos pontos mais perigosos, os de desembarque possível e com armamento que me permitia o combate à distância e o corpo a corpo, em igualdade de condições com o inimigo europeu, e superioridade sobre o aborigine.

3º Princípio — *Ao organizar um elemento militar qualquer, é necessário levar em conta o Tipo de Inimigo com que terá de bater-se: isto é, suas particularidades, seu grau de cultura e de preparo, suas formas peculiares de guerra, suas tradições, seu passado.*

Exemplo vivo é o dos Estados Unidos jogando a massa treinada, rija, impiedosa e feroz no combate de seus esplêndidos "Marines" (fuzileiros navais), no Pacífico, na luta contra um inimigo a quem as leis de Genebra não interessavam e na Europa, contra o Alemão, fiel a essas leis, suas forças normais de convocados.

— E o nosso Regimento Del Rey.

Que tipo de inimigo poderia se apresentar?

O indígena, em flagrante inferioridade de armamento, sem disciplina, sem planos, sem grande técnica; armado de tacape e arco, com mês de gente branca, do estrondo das armas, e incapaz de agir em massa em campo aberto, ou de fazer guerra de sítio ou assaltar fortificações — um guerrilheiro de emboscada ou um fanático, que as pequenas guarnições dos Engenhos, com o socorro dos isolados vizinhos, repeliam facilmente.

E tanto é assim, que os Engenhos ficaram e os indígenas se foram.

O pirata ou o corsário, com pequenos efetivos, dadas as embarcações da época e que só se interessavam pelo grande saque, possível, apenas, nas povoações onde as fortalezas da costa e o Capitão da Capitania, com seu grupo e mais os isolados (moradores), e ainda o recurso externo de reforços vindos dos Engenhos, em poucos dias sobrepujava e expulsava, quando conseguiam desembarcar.

Quando os holandeses chegaram em grande massa, com uma organização poderosa, nossa organização mudou. Mudara o inimigo, variaria um dos fatores e foi mister reajustar.

4º Princípio — *A organização deve ser compatível com: — o estado social, cultural, político, filosófico e econômico do país ou instituição que organiza.*

Quantas vezes não vemos uma organização em projeto que parece brilhante e belíssima mas que nos sugere logo a pergunta: — Haverá dinheiro para isso? — Teremos recursos industriais para isso? Não basta pôr no papel ou na proposta o que julgamos ótimo e pensar: — "O problema dos meios não é meu, outros que o resolvam" — Ningém o faz e aquela beleza de organização aborta, morre ao nascedouro, e o organizador amargurado pensa ter feito que lhe cabia". Não, não o fez. Quem organiza, vai ao âmago da organização, não propõe apenas o que é ideal e sim o que de fato é possível realizar, com os meios de que se dispõe ou se possa vir a dispor com segurança.

— Não basta gerar o problema e soltá-lo no espaço. Propõe-se o "O que", esclarece-se o "Como" e indica-se onde estão, ou como podem ser obtidos "os Meios". Fora disso é obra puramente literária. É transferir o problema às mãos de outros, onde será torcido, abastardado ou anulado, por ter saído incompleto, teórico, metafísico.

Vejamos nosso Regimento Del Rey:

— *Estado social:*

Puramente feudal — Sociedade baseada no senhor e nos vassalos. O Capitão e os Senhores de Engenho, com obrigação de apoio mútuo. Como núcleos de população só existiam as sedes das Capitanias e os Engenhos — Nem população difundida pelo território, nem grupos isolados. A capital, burocrática e funcional e o Engenho, bíblicamente patriarcal, com o chefe de família e os agregados, que dêle dependiam em tudo e por tudo, que dêle recebiam o pão, o sal e o teto. Fácil por conseguinte ter vinte homens em armas, sem pagar soldo. É a "sua gente", de casa ou de galpão.

Quando novo elemento social se formou: a Vila, não incluída no sistema defensivo da Sede nem do Engenho, a organização evoluiu e apareceram as Companhias de Milícia, órgão municipal sob controle do Capitão da Capitania pela designação do Sargento-Instrutor e do Meirinho, mas a expensas do Município (a Vila).

— *Estado cultural:*

É a antiga tradição portuguesa. O direito do Pater familia; o conhecimento da Lei do Reino e da Teologia, por parte de alguns poucos, muitos poucos. Fidalgos de pequena nobreza, dependendo em tudo e por tudo da Coroa e sem idéias próprias ou estranhas à educação Teológica que haviam recebido. Um povo, em sua massa principal, inculto, temente a Deus, e ao Rei. Uma tradição milenar de obediência e de respeito à autoridade, que só o aparecimento posterior do mameluco é que veio perturbar. Neste ambiente, o sistema feudal organizado, enquadra-se perfeitamente.

— *Estado filosófico:*

O de Portugal do XVI século. Teológico; logo, propenso a obediência à Lei do Rei, Rei por direito divino e delegação de Deus — Rei dos Reis — Sem problemas nem dúvidas filosóficas, que só muito depois, no século XVIII, Voltaire e os Enciclopedistas vão levantar — A ciúma entre os Senhores impedia sua junção contra o Capitão de Capitania e a ausência de um organismo central de reunião, mais o impedia.

— *Estado econômico:*

Pouco mais que miserável. Nem o colono nem o Capitão nem mesmo o Rei, tinham dinheiro e esta Fôrça Armada nada custava ao erário real. O soldado das fortalezas é pago em terras ou recebe soldo miserável. O armamento era comprado pelos interessados, diretamente na defesa: o Capitão, o Senhor do Engenho ou o morador Isolado, ao Rei, sem multa no primeiro ano, com multa crescente depois, cabendo parte dela ao denunciante do faltoso, o que abria largo voluntariado as fileiras de informantes. Parte desse armamento, (lanças, gibões, e até espadas era de fabricação doméstica).

Quando o estado filosófico mudou, já no século XVIII, com o Vice Reino, a organização perdeu o caráter local regional e tornou-se Provincial ou Central; os Térços ou Corpos de Milícia Provinciais ou os Regimentos Reais. Acabara-se o regimento Patriarcal.

Tinham assim tôda a Colônia em armas, sem ônus para o Estado com uma fôrça armada capaz de policiar o que havia a ser policiado, e

de bater o inimigo provável, o indígena e o pirata, com um equipamento apropriado ao meio e, filosóficamente, dentro de seu tempo. Foi mais que ótima, foi modelar e impediu a separação entre força armada e povo que tantas consequências trouxe no Império Colonial Espanhol, mantendo uniforme a estrutura militar, social e política do país, quando da ruptura do Império Português. Resolveu o problema a que se punha e impediu o esfacelamento da Colônia em pequenos países independentes, porque havia criado um elo muito forte; sua organização militar.

Outra organização, já bem brasileira, que é motivo de orgulho, é a do Marechal Hermes em 1906, modificando a antiga Ordem Batalhonal que vinha do Império e criando uma Grande Unidade de características especiais para o Brasil da época; a "Brigada Estratégica", nome pomposo do que hoje se chama Grupamento Tático, mas organismo leve, flexível, cabível e potente para as operações de sua época, nos teatros para que foi idealizada.

5º Princípio — A organização deve ser flexível, para que possa admitir reforços sem replexão, destacamentos sem empobrecimento, variações e atualizações sem modificação de sua estrutura básica e ainda, suficientemente genérica para não especificar o inespecíficável.

Veja-se por exemplo um Regulamento de uma Escola qualquer: — Muito amplo, nada regula, muito detalhado impede a evolução, amarra e restringe o progresso. O ideal é a flexibilidade sem diluição, o rigor sem rigidez.

— A organização do Regimento Del Rey, quando variou o estado social e novo grupo surgiu; a Vila, que não era Sede nem Engenho e assim estava fora do esquema de organização, foi logo corrigida pela Lei Sebastianiana de 1570, que criou a Companhia de Milícias, núcleos de força da Vila.

Quando chega o Holandês e varia o inimigo, essas Companhias reunidas, formarão o Térço, unidade que se opõe e finalmente, bate os Regimentos holandeses. Flexibilidade máxima.

Os fatores são constantes: missão, inimigo, terreno, meios, estado social e filosófico.

Qualquer variação num dos fatores tem que ser imediatamente acompanhada pela organização ou esta se transforma num organismo dispensioso mas inerte, pesado, rotineiro e inútil.

VALOR DA HISTÓRIA MILITAR PARA A DOUTRINA

Diante de qualquer oficial que deseja ser um grande capitão, há um livro aberto intitulado "História Militar". Reconheço que sua leitura nem sempre é interessante ou divertida, por isso que é necessário ir abrindo caminho por uma série de direções difíceis. Porém, por trás de tudo isso, encontram-se fatos concretos, que freqüentemente entusiasmam e no fundo aparece a noção exata de como ocorrem as coisas, de como deviam ocorrer e como ocorrerão no futuro.

VON SCHLIEFFEN

DOUTRINA PARA A GUERRA LIMITADA

Elemento importante na preparação para a guerra limitada é uma *doutrina bem definida*. Esse requisito exige não só uma *doutrina militar* perfeitamente definida, mas também a integração dos conceitos militares com uma doutrina de utilização dos outros elementos do *poder nacional* — tais como a diplomacia, a economia interna, as ações psicológicas e outros semelhantes. Necessita-se, pois, do que se poderia chamar *doutrina nacional para a guerra limitada*.

Qual consideração dessa doutrina deve começar respondendo à pergunta — é possível a guerra limitada, na era atômica? Tanto a história recente como argumentos lógicos impõem tal conclusão. Assim, o primeiro postulado da doutrina será: *a guerra limitada é possível*.

Segundo elemento de uma doutrina para a guerra limitada: poder-se-á estabelecer uma distinção válida entre *operações limitadas* e *operações ilimitadas*, isto é, entre as operações que envolverão ataques contra fundamentos do poder dos dois antagonistas (ilimitadas) e as operações restritas a ações contra forças militares (limitadas)? Sem dúvida.

Terceiro e mais fundamental elemento doutrinário no setor da guerra limitada é o *princípio do objetivo*. Deste, resulta a limitação mais decisiva para a guerra limitada. Por definição, a guerra limitada trava-se por um objetivo limitado.

Quarto elemento de uma doutrina para a guerra limitada: *técnicas de limitação*, que incidirão na área do conflito, nos alvos sujeitos a ataque e nas armas empregadas.

Quinto elemento para manter limitadas as operações é a manutenção do *poder de dissuasão estratégico*.

Sexto elemento da doutrina: *capacidade de reação rápida e eficaz*.

Sétimo e último elemento: *necessidade de apoio mútuo entre as forças operacionais (equipes tridimensionais)*.

(Resumo de "Army Information Digest" — Jun 58.)

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECÔNCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.